

# abpi.empauta.com

Associação Brasileira da Propriedade Intelectual  
Clipping da imprensa

*Brasília, 15 de abril de 2019 às 07h52*  
*Seleção de Notícias*

## Estadão.com.br - Últimas notícias | BR

Marco regulatório | INPI

Importância da adesão do Brasil ao Protocolo de Madri .....	3
---	---

## O Estado - Online | CE

Direitos Autorais

Justiça proíbe venda de livro do padre Marcelo Rossi por violação de direito autoral .....	5
--	---

## Importância da adesão do Brasil ao Protocolo de Madri



Lucia Armelin. FOTO: DIVULGAÇÃO

O noticiário sobre a aprovação no plenário da Câmara dos Deputados da adesão do Brasil ao Protocolo de Madri não chamou a devida atenção para a importância dessa medida que dispõe sobre o registro internacional de marcas. Este ingresso será um fator importante ao desenvolvimento comercial e econômico relativo as exportações e internacionalização de marcas, visto que os membros signatários do protocolo representam 80% do comércio global.

O Protocolo de Madri é um tratado internacional administrado pela Secretaria Internacional da **Organização** Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI), sediada em Genebra, em vigor desde abril de 1996 e já ratificado por diversos países, entre eles os Estados Unidos e os países integrantes da União Europeia.

O protocolo permite aos titulares de marcas dos países signatários a proteção de sua marca em diversos países simultaneamente, a partir de um único pedido de registro, reduzindo o prazo e os custos para a obtenção de registro de marcas no exterior. Para isso, basta que o pedido de registro da marca seja solicitado perante o escritório nacional, o que no caso do Brasil corresponde ao Instituto Nacional da **Propriedade** Industrial (**INPI**).

Caso o Brasil venha a aderir ao protocolo, o pro-

abpi.empauta.com

cedimento para o requerimento da marca em outros países será realizado pelo **INPI**, que, ao receber a solicitação de um pedido de registro internacional, verificará se todas as exigências para o depósito foram cumpridas, bem como se os produtos e serviços foram classificados corretamente, conforme a Classificação Internacional de Nice (NCL), encaminhando o referido pedido à Secretaria Internacional.

A Secretaria Internacional não será a responsável por averiguar se a marca é elegível ou não para a proteção nos países designados, cabendo esta função tão somente aos escritórios nacionais de marcas dos países, de forma a não afetar a soberania destes, devendo a Secretaria Internacional apenas notificar o registro internacional aos referidos escritórios nacionais.

Com a centralização na Secretaria Internacional da OMPI, outros procedimentos serão simplificados, tais como os pagamentos de taxas, prorrogação de registro, transferência de titularidade, bem como alterações dos dados dos titulares, visto que tais pedidos e procedimentos serão solicitados de uma só vez ao Escritório Internacional da OMPI.

Atualmente, no Brasil, caso o titular de um pedido de registro deseje proteger a sua marca no exterior, o pedido deve ser realizado perante cada um dos países de interesse, tornando o processo mais lento e, principalmente, oneroso, tendo em vista as taxas praticadas e os custos acessórios ao processo de registro, tais como a contratação de advogados em cada um dos países de interesse.

Outros pontos que merecem atenção em relação a adesão ao Protocolo são a possibilidade do pedido de registro de marca no sistema "multiclasses" e a permissão de cotitularidade no registro de marcas. O sistema multiclasses permite que um único pedido de registro possa ser apresentado em mais de uma classe

Continuação: Importância da adesão do Brasil ao Protocolo de Madri

de produtos ou serviços, o que atualmente não é permitido pelo **INPI**. Já a cotitularidade permite que duas pessoas, físicas ou jurídicas, sejam coproprietárias de um registro de marca, o que também é atualmente vedado pelo **INPI**.

O Brasil já vinha estudando a possibilidade de aderir ao Protocolo há alguns anos, no entanto, por não conseguir cumprir alguns dos requisitos exigidos, como a possibilidade de registro multiclassas e cotitularidade de registros, assim como o prazo para concessão ou indeferimento do pedido, que pelo Protocolo deve durar no máximo 18 meses a contar do depósito, sob pena de deferimento automático do pedido, mas no Brasil o prazo de tramitação chegou a atingir 4 anos.

O **INPI** vem implementando melhorias que permitam que o Brasil esteja em conformidade com as exigências do Protocolo, em especial em relação ao prazo de tramitação dos pedidos, que em fevereiro deste ano atingiu a marca de 11 meses.

Contudo, outras mudanças operacionais são necessárias para a implementação do Protocolo de Madrid, incluindo modificação de sistemas de processamentos, a criação e modificação de procedimentos operacionais e a edição de atos normativos e manuais.

Adicionalmente, existem discussões acerca da necessidade de alterar a Lei nº 9279 de 14 de maio de 1996 de forma a permitir um tratamento isonômico entre os pedidos domésticos de marcas e os requerimentos internacionais via Protocolo de Madrid, tais como registro em múltiplas classes e cotitularidade de registros.

O projeto agora segue para o Senado Federal, sujeito à votação no Plenário após deliberação pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Lucia Armelin\*

## Justiça proíbe venda de livro do padre Marcelo Rossi por violação de direito autoral

O desembargador Gilberto Campista Guarino, da 14ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJ-RJ), determinou a suspensão da publicação, distribuição e venda do livro "Ágape", lançado em 2010, do padre Marcelo Rossi. A liminar foi concedida na quinta-feira (11) e cabe recurso.

A escritora Izaura Garcia, autora do pedido, afirma que o trecho "Perguntas e Respostas - Felicidade! Qual É?" é de autoria dela e foi publicado em seu livro, "Nunca Deixe de Sonhar", de 2002. Em "Ágape", a autoria do trecho é atribuída a madre Teresa de Calcutá. No processo, que ainda não foi julgado, a escritora pede indenização por violação de **direitos** autorais no valor de R\$ 50 milhões.

### Reprodução

"Defiro parcialmente a tutela provisória de urgência, a fim de que os agravados suspendam a publicação, distribuição e venda de exemplares da obra 'Ágape', até que comprovem a retificação de autoria do texto 'Perguntas e Respostas - Felicidade! Qual é?', nela veiculado, atribuindo-o corretamente à agravante, ou até que o suprimam, sob pena de multa equivalente ao dobro do valor comercial de cada exemplar publicado, distribuído e/ou vendido", determina Guarino em sua decisão.

Segundo as advogadas de Izaura, Carolina Miraglia e Mariana Sauwen, o reconhecimento da escritora como autora do trecho já tinha sido obtido em outro processo, de 2013.

No entanto, o padre e a editora Globo não cumpriram o acordo estipulado na época nem corrigiram a informação na publicação. "Um dia, a Izaura entrou em uma livraria e pegou o livro para mostrar para algumas pessoas, mas viu que o seu nome não estava identificado como autora do trecho. Foi quando, então, ela nos acionou para entrar com o processo na Justiça", explicou Carolina.

Segundo ela, o valor pedido pela indenização foi feito com base na legislação brasileira de **direito** autoral e corresponde a 20% da venda de 10 milhões de exemplares do livro. "[A obra] Gerou um lucro de R\$ 250 milhões", informou.

A editora Globo e o padre Marcelo informaram que só irão se pronunciar após a notificação oficial da Justiça, segundo o jornal O Dia.

Mais conteúdo sobre: Justiça venda proibição Livro do padre Marcelo Rossi Violação de **direito** autoral

## Índice remissivo de assuntos

**Propriedade Intelectual**  
3

**Marco regulatório | INPI**  
3

**Propriedade Industrial**  
3

**Entidades**  
3

**Direitos Autorais**  
5